

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	358596/10 119
DIVISÃO	PRO 30/5/10
MAT.	VISTO 07

119
LNº
MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

Autuado: FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A	
Processo: 067/1998/005/2000	
Referência: AI 174/2000 - RECURSO	
Tipo de infração: GRAVE	Porte: MÉDIO

I - RELATÓRIO

Ferrovia Centro Atlântica S/A, foi multada pela FEAM em decisão de 16/04/2003, no valor de R\$ 6.384,96, (R\$ 9.577,43 reduzido de um terço pelas circunstâncias atenuantes do inciso I, "a", do artigo 3º, da DN COPAM 27/98).

Tempestivamente apresentou defesa e pedido de reconsideração que foram indeferidos. Inconformada, apresentou recurso que, em síntese, alega o seguinte:

- ✓ Nulidade do processo face à existência de vício formal no auto de infração, por ausência de referencia exata a qualquer dos três parágrafos e correspondentes itens do artigo 19 do Decreto 39.424/98.
- ✓ A necessidade do agente público enunciar, com exatidão e de maneira correta, as bases fáticas e normativas estruturantes de sua autuação, em garantia dos princípios do contraditório e da ampla defesa enunciados na Constituição e em outras leis infra constitucionais.
- ✓ Do direito à redução da penalidade aplicada, em até 50% do seu valor, face ao benefício do art. 21, parágrafos 4 e 6 do Decreto 39.424/98.
- ✓ As circunstancias que ensejaram a autuação já se encontram efetivamente cessadas assim como corrigidos os efeitos adversos oriundos da exposição ao solo à substancia química LAB, sendo certo que os requisitos essenciais que poderiam constar de um eventual Termo de Compromisso já foram integralmente atendidos pela recorrente, dispensando sua efetiva assinatura para a concessão do benefício pleiteado.
- ✓ O termo de compromisso além de obrigar à eliminação das condições que levaram à autuação, apresenta duas outras conseqüências fundamentais: redução em até 50%, quando o autuado cumpre as obrigações assumidas e atribuição do efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração, pelo que, há que se reconhecer que a penalidade de multa aplicada teve sua exigibilidade



suspensa desde o protocolo do Pedido de Reconsideração, não cabendo, na espécie a aplicação de juros moratórios de 1% ao mês, impondo-se a revisão do valor depositado.

I – ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, as alegações apresentadas no recurso, não apresentaram fatos ou ponderações de cunho legal capazes de descaracterizar o auto de infração, conforme demonstraremos a seguir.

No que se refere a alegação de vício formal do processo, consistente na ausência do *dispositivo jurídico-regulamentar infringido*, ressalta-se que a falta da precisa indicação sobre qual dos parágrafos do artigo 19 do Decreto 39.424/98 incide a autuação, não enseja, por si só, a nulidade do auto de infração, posto que, o autuado não foi obstaculizado em seu direito de ampla defesa, instaurado que foi o contraditório em todas as suas fases.

Essa ausência em nada alterou a descrição do fato que motivou a autuação. A descrição do fato ocorrido se deu de maneira correta, ressaltando-se que a autuada se defende dos fatos e não da tipificação legal.

Assim, o fato da autuada ter envidado esforços para minimizar o *evento acidentário*, foi considerado no momento da aplicação da pena como circunstancia atenuante, já tendo ensejado sua redução.

Por outro lado, a redução em até 50% através de Termo de Compromisso, somente poderia ser concedida após verificada as condições assumidas pela autuada, conforme dispõe o parágrafo 4º, do artigo 21, do Decreto 39.424/98. Entretanto, verifica-se que apesar de ter sido oportunizado a possibilidade da autuada apresentar proposta de Termo de Compromisso (fols.99), a mesma permaneceu silente quanto a este direito.



III – CONCLUSÃO

Isto posto, remetemos os autos à Câmara Normativa Recursal, sugerindo o indeferimento do Recurso, com a manutenção do valor da multa, não se aplicando o novo valor previsto no Decreto no. 44.844/2008 por ser mais gravoso. Registra-se que o depósito da multa foi realizado integralmente (fl.102).

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2010.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata - Consultora Jurídica – OAB/SP 191.342	Assinatura:
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura:

Maria do Carmo Moreira Fraga
OAB/MG 72.355 - MASP: 1.043.870-3
PROCURADORIA DA FEAM

JOAQUIM MARTINS DA SILVA FILHO
Procurador Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076 - MASP 1.043.804-2